



001/2013 CONCURSO PARA INGRESSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS

Quarta Etapa – Pontos para a Prova Oral

PONTO 1

1. A interpretação do Direito.
2. Direito administrativo: os diferentes critérios adotados para a conceituação do direito administrativo; objeto do direito administrativo; fontes do direito administrativo; regime jurídico-administrativo: princípios do direito administrativo; princípios da administração pública;
3. Constituição: conceito, objeto, elementos e classificações. Supremacia da Constituição. Aplicabilidade das normas constitucionais. Interpretação das normas constitucionais. Métodos, princípios e limites.
4. Princípios constitucionais relativos aos direitos políticos (nacionalidade, elegibilidade e partidos políticos) de que trata o capítulo IV do Título I da Constituição federal em seus artigos 14 a 17, Lei 4737/65 (Código Eleitoral) e alterações posteriores. Inelegibilidade: Inelegibilidade (Lei Complementar 64/90 e alterações posteriores) – fatos geradores de inelegibilidade; incompatibilidades, prazos e suspensão por decisão judicial dos efeitos da inelegibilidade.
5. Sistema Tributário Nacional: limitações do poder de tributar; repartição das receitas tributárias.
6. Direito ambiental constitucional: meio ambiente como direito fundamental; art. 225 da Constituição Federal de 1988; sustentabilidade, processos ecológicos essenciais, espécies, ecossistemas, biodiversidade.
7. Princípios constitucionais penais. Analogia. Norma Penal. Erro. Ilícitude. Aplicação da pena. Concurso de crimes. Crimes contra a pessoa. Crimes hediondos.
8. Princípios constitucionais de processo penal. Inquérito policial e investigação direta pelo Ministério Público. Ação Penal. Prisão e Medidas cautelares. Sentença. Recursos.
9. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro: vigência, aplicação, interpretação e integração das leis; conflito das leis no tempo; eficácia da lei no espaço. Pessoas naturais: existência; personalidade; capacidade; nome; estado; domicílio; direitos da personalidade; ausência. Pessoas jurídicas: constituição; extinção; domicílio; sociedades de fato, grupos despersonalizados, associações; sociedades, fundações; desconsideração da personalidade jurídica; responsabilidade.



001/2013 CONCURSO PARA INGRESSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS

Quarta Etapa – Pontos para a Prova Oral

Direito do consumidor: disposições gerais. Política nacional de relações de consumo: objetivos e princípios. Direitos básicos do consumidor. Qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação de danos. Proteção à saúde e segurança. Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço. Responsabilidade por vício do produto e do serviço.

Direito da Criança e do Adolescente: Recursos. O Ministério Público. Proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos das crianças e dos adolescentes. Infrações administrativas. Estatuto da Criança e do Adolescente: disposições preliminares, direitos fundamentais, prevenção, medidas de proteção, perda e suspensão do poder familiar, destituição de tutela, colocação em família substituta (Lei nº 8.069/1990).

Lei n.º 8.935/94. Lei n.º 6.015/73 - Atribuições - Escrituração - Ordem do serviço - Publicidade - Conservação - Responsabilidade. Lei n.º 6.015/73 - Registro de Imóveis - Atribuições - Escrituração - Processo de registro - Pessoas - Matrícula - Registro - Averbação e cancelamento - Dúvida - Bem de família - Remição do Imóvel hipotecado - Registro Torrens - Disposições finais e transitórias. Sistemas de registro - Imóveis registráveis - Direitos registráveis - Terminologia do registro - Livros do Registro de Imóveis e Títulos judiciais. Princípios do Registro de Imóveis - Continuidade - Especialidade - Legalidade - Inscrição - Presunção e fé pública - Prioridade - Instância. Sistema Financeiro de Habitação. Administração do serviço. Georeferenciamento.

10. Jurisdição e ação: conceito, natureza e características, condições da ação. Partes e procuradores: capacidade processual e postulatória; deveres e substituição das partes e procuradores. Litisconsórcio e assistência e Intervenção de terceiros: oposição, nomeação à autoria, denunciação à lide e chamamento ao processo.
11. Teoria da empresa. Teoria da desconsideração da personalidade jurídica. Direito Falimentar.



001/2013 CONCURSO PARA INGRESSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS

Quarta Etapa – Pontos para a Prova Oral

PONTO 2

1. Código de Ética da Magistratura Nacional.
2. Administração pública: conceito de administração pública sob os aspectos orgânico, formal e material; órgão público: conceito e classificação; servidor, cargo e funções; atribuições; competência administrativa: conceito e critérios de distribuição; avocação e delegação de competência; ausência de competência: agente de fato; Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
3. Poder Constituinte. Características. Poder Constituinte originário. Poder Constituinte derivado
4. Domicílio eleitoral. Partidos políticos: conceituação, destinação, liberdade e autonomia partidárias, natureza jurídica, criação e registro, filiação, fidelidade e disciplina partidárias, fusão, incorporação e extinção, prestação de contas e sanções decorrentes.
5. Princípios constitucionais do direito tributário.
6. Federalismo e meio ambiente: sistemas de competência dos entes federados; competências administrativa, legislativa e jurisdicional;
7. Aplicação da Lei penal. Lei penal no tempo e no espaço. Tipicidade. Conflito aparente de normas. Teoria da Pena. Extinção da Punibilidade. Crimes contra o patrimônio. Lei 11343/06.
8. Ação Penal. Condições da ação. Justa causa. Competência. Prisão e Medidas cautelares. Sentença. Recursos.
9. Bens: diferentes classes. Ato jurídico: fato e ato jurídico. Negócio jurídico: disposições gerais; classificação, interpretação; elementos; representação, condição; termo; encargo; defeitos do negócio jurídico; validade, invalidade e nulidade do negócio jurídico; simulação. Atos jurídicos: lícitos e ilícitos. Prescrição e decadência.

Decadência e prescrição. Desconsideração da personalidade jurídica. Práticas comerciais. Oferta e efeito vinculante da oferta publicitária. Publicidade. Práticas abusivas. Cobrança de dívidas. Bancos de dados e cadastros de consumidores. Proteção contratual. - Cláusulas abusivas.

Prática do ato infracional: a questão sócio-educativa; conceito e tempo do ato infracional; inimputabilidade; direitos individuais; garantias processuais; medidas sócio-educativas; remissão. Acesso à justiça: a justiça da infância e da juventude; princípios gerais; competência; serviços auxiliares. Procedimentos: disposições gerais; perda e suspensão do poder familiar; destituição da tutela; colocação em família substituta; apuração de ato infracional atribuído a



**001/2013 CONCURSO PARA INGRESSO PARA JUIZ DE DIREITO
SUBSTITUTO DA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO PODER
JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS**

Quarta Etapa – Pontos para a Prova Oral

adolescente; apuração de irregularidade em entidade de atendimento; apuração de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente.

Condomínios, Incorporações e Patrimônio de Afetação. Parcelamento do solo urbano e rural. Sistema Financeiro de Habitação - Sistema financeiro imobiliário. Reserva Legal. Desafetação - Tombamento - Restrições convencionais ou legais. Terrenos de Marinha. Aquisição de imóvel rural por estrangeiro. Cédulas de crédito rural, industrial comercial, à exportação e de produto rural.

10. Ministério Público e auxiliares da justiça. Competência: em razão do valor e da matéria; competência funcional e territorial; modificações de competência e declaração de incompetência. Juiz.
11. Empresário: conceito, caracterização, inscrição, capacidade; empresário individual; pequeno empresário. Sociedade Limitada. Títulos de Crédito.



001/2013 CONCURSO PARA INGRESSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS

Quarta Etapa – Pontos para a Prova Oral

PONTO 3

1. Conflitos sociais e mecanismos de resolução. Sistemas não judiciais de composição de litígios.
2. Administração direta e indireta; autarquias; fundações públicas; empresas públicas e privadas; sociedades de economia mista; entidades paraestatais; Constituição Federal de 1988.
3. Princípios fundamentais.
4. Elegibilidade: conceito e condições. Abuso de poder e corrupção no processo eleitoral: investigação judicial eleitoral (lei Complementar 64/90 e alterações posteriores); representação por captação ilícita de sufrágio (art. 41-A da Lei 9504/97).
5. Tributo: conceito; natureza jurídica; espécies; imposto; taxa; contribuição de melhoria; empréstimo compulsório; contribuições.
6. Deveres genéricos e específicos em relação ao meio ambiente.
7. Fontes do Direito Penal. Interpretação. Culpabilidade. Penas restritivas de direitos. Aplicação da pena. Medida de Segurança. Crimes contra a dignidade sexual. Lei 11343/06.
8. Inquérito policial. Interceptação telefônica. Busca e Apreensão. Denúncia anônima. Princípio da correlação. Emendatio e mutatio libelli. Sentença. Execução Penal.
9. Prova. Obrigações: características; obrigações de dar; obrigações de fazer e de não fazer; obrigações alternativas; obrigações divisíveis e indivisíveis; obrigações solidárias; obrigações civis e naturais, obrigações de meio, de resultado e de garantia; obrigações de execução instantânea, diferida e continuada; obrigações puras e simples, condicionais, a termo e modais; obrigações líquidas e ilíquidas; obrigações principais e acessórias; transmissão das obrigações; adimplemento e extinção das obrigações; inadimplemento das obrigações.

Contratos de adesão. Sanções administrativas. Defesa do consumidor em juízo - Interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos; legitimidade ativa para a propositura de ações coletivas. - Ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos. - Ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços. - Coisa julgada.

Recursos. O Ministério Público. Proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos das crianças e dos adolescentes. Infrações administrativas. Estatuto da Criança e do Adolescente:



**001/2013 CONCURSO PARA INGRESSO PARA JUIZ DE DIREITO
SUBSTITUTO DA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO PODER
JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS**

Quarta Etapa – Pontos para a Prova Oral

disposições preliminares, direitos fundamentais, prevenção, medidas de proteção, perda e suspensão do poder familiar, destituição de tutela, colocação em família substituta (Lei nº 8.069/1990).

Condomínios, Incorporações e Patrimônio de Afetação. Parcelamento do solo urbano e rural. Sistema Financeiro de Habitação - Sistema financeiro imobiliário. Reserva Legal. Desafetação - Tombamento - Restrições convencionais ou legais. Terrenos de Marinha. Aquisição de imóvel rural por estrangeiro. Cédulas de crédito rural, industrial comercial, à exportação e de produto rural.

10. Atos processuais: forma dos atos; prazos; comunicação dos atos; nulidades. Formação, suspensão e extinção do processo. Processo e procedimento; procedimentos ordinário e sumário.
11. Microempresa e empresa de pequeno porte (Lei Complementar nº 123/2006). Ação cambial. Sociedade Anônima.



001/2013 CONCURSO PARA INGRESSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS

Quarta Etapa – Pontos para a Prova Oral

PONTO 4

1. Direito e equidade.
2. Atos administrativos: conceitos, requisitos, elementos, pressupostos e classificação; fato e ato administrativo; os atos administrativos em espécie; parecer: responsabilidade do emissor do parecer; o silêncio no direito administrativo; cassação; revogação e anulação; processo administrativo; Lei nº 9.784/1999; fatos da administração pública: atos da administração pública e fatos administrativos; formação do ato administrativo: elementos, procedimento administrativo; validade, eficácia e autoexecutoriedade do ato administrativo; atos administrativos simples, complexos e compostos; atos administrativos unilaterais, bilaterais e multilaterais; atos administrativos gerais e individuais; atos administrativos vinculados e discricionários; mérito do ato administrativo, discricionariedade; ato administrativo inexistente; teoria das nulidades no direito administrativo; atos administrativos nulos e anuláveis; vícios do ato administrativo; teoria dos motivos determinantes; revogação, anulação e convalidação do ato administrativo.
3. Direitos e garantias fundamentais. Direitos e deveres individuais e coletivos. Habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção e habeas data. Direitos sociais. Nacionalidade. Direitos políticos. Partidos políticos.
4. Inelegibilidade (Lei Complementar 64/90 e alterações posteriores) – fatos geradores de inelegibilidade; incompatibilidades, prazos e suspensão por decisão judicial dos efeitos da inelegibilidade. Registro de candidatura: pedido, substituição, cancelamento, impugnação no âmbito da Lei 9504/1997 e alterações posteriores.
5. Competência tributária: classificação; exercício da competência tributária; capacidade tributária ativa; imunidade tributária; distinção entre imunidade, isenção e não incidência; imunidades em espécie.
6. Tutela extrajudicial do meio ambiente; tutela judicial do meio ambiente — ação civil pública, ação penal pública, mandado de segurança individual e coletivo, ação popular, mandado de injunção ambiental; prescrição —;
7. Erro. Ilícitude. Culpabilidade. Causas excludentes. Extinção da Punibilidade. Aplicação da Pena. Crimes patrimoniais. Crimes hediondos.



001/2013 CONCURSO PARA INGRESSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS

Quarta Etapa – Pontos para a Prova Oral

8. Prisão e liberdade provisória. Prisão temporária. Procedimento do Tribunal do Júri. Sentença e coisa julgada. Nulidades. Juizados Especiais Criminais. Recursos em geral.
9. Contratos: contratos em geral; disposições gerais; extinção; espécies de contratos regulados no Código Civil. Atos unilaterais. Responsabilidade civil

Direito do consumidor: disposições gerais. Política nacional de relações de consumo: objetivos e princípios. Direitos básicos do consumidor. Qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação de danos. Proteção à saúde e segurança. Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço. Responsabilidade por vício do produto e do serviço.

Prática do ato infracional: a questão sócio-educativa; conceito e tempo do ato infracional; inimputabilidade; direitos individuais; garantias processuais; medidas sócio-educativas; remissão. Acesso à justiça: a justiça da infância e da juventude; princípios gerais; competência; serviços auxiliares. Procedimentos: disposições gerais; perda e suspensão do poder familiar; destituição da tutela; colocação em família substituta; apuração de ato infracional atribuído a adolescente; apuração de irregularidade em entidade de atendimento; apuração de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente.

Tabelionato de Notas: Lei n.º 8.935/94. Lei n.º 7.433/85 - Requisitos para lavratura de Escrituras Públicas. Decreto n.º 93.240/86 - regulamenta a Lei n.º 7.433/85. Lei n.º 6.015/73 - Atribuições - Escrituração - Ordem do serviço - Publicidade - Conservação - Responsabilidade. Lei n.º 6.015/73 - Registro de Imóveis - Atribuições - Escrituração - Processo de registro - Pessoas - Matrícula - Registro - Averbação e cancelamento - Bem de família - Remição do imóvel hipotecado - Registro Torrens - Disposições finais e transitórias. Sistema de Registro - Imóveis registráveis - Direitos registráveis - Terminologia do registro - Livros do Registro de Imóveis. Princípios do Registro de Imóveis - Continuidade - Especialidade - Legalidade - Inscrição - Presunção e fé pública - Prioridade - Instância. 8 - Sistema Financeiro de habitação. Fé pública. Administração do serviço. Responsabilidade Tributária. Direitos e Deveres dos notários. Selo de autenticidade. Custas e Emolumentos. Atos notariais e procedimento na Lavratura dos Atos Notariais. Registro Civil das Pessoas Naturais: - Lei n.º 8.935/94. - Lei n.º 6.015/73 - Atribuições - Escrituração - Ordem do serviço - Publicidade - Conservação - Responsabilidade. - Lei n.º 6.015/73 - Registro Civil das Pessoas Naturais - Disposições gerais - Escrituração - Penalidades - Nascimento - Casamento - Óbito -



**001/2013 CONCURSO PARA INGRESSO PARA JUIZ DE DIREITO
SUBSTITUTO DA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO PODER
JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS**

Quarta Etapa – Pontos para a Prova Oral

Emancipação, interdição e ausência - Averbações - Anotações - Retificações, restaurações e suprimentos. - A adoção e o Registro Civil. - Reconhecimento de filhos. - Fé pública. - Administração do serviço; - Conversão de União Estável em casamento. - Opção de Nacionalidade. - Estatuto do estrangeiro.

10. Procedimento ordinário- petição inicial: requisitos, pedido e indeferimento. Resposta do réu: contestação, exceções e reconvenção. Revelia e julgamento conforme o estado do processo.
11. Prepostos do empresário. Protesto de títulos e outros documentos de dívida. Operações societárias: transformação, incorporação, fusão e cisão.



001/2013 CONCURSO PARA INGRESSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS

Quarta Etapa – Pontos para a Prova Oral

PONTO 5

1. Direito e ideologias.
2. Poderes da administração pública: hierarquia; poder hierárquico e suas manifestações; poder disciplinar; poder de polícia; polícia judiciária e polícia administrativa; liberdades públicas e poder de polícia; principais setores de atuação da polícia administrativa.
3. Organização do Estado. Organização político-administrativa. Estado Federal brasileiro União. Estados federados. Municípios. Distrito Federal. Territórios. Intervenção federal. Intervenção dos estados nos Municípios.
4. Impugnação de registro de candidatura: competência para julgamento, procedimentos, prazos e efeitos recursais no âmbito da Lei Complementar 64/1990 e alterações posteriores. Condutas vedadas em campanhas eleitorais. Representação por conduta vedada (Lei 9.504/1997).
5. Fontes do direito tributário: Constituição Federal; leis complementares; leis ordinárias e atos equivalentes; tratados internacionais; atos do poder executivo federal com força de lei material; atos exclusivos do poder legislativo; convênios; decretos regulamentares; normas complementares.
6. Função socioambiental da propriedade.
7. Dolo e culpa. Concurso de agentes. Efeitos da Condenação. Aplicação da Pena. Extinção da Punibilidade. Crimes contra a Paz Pública. Crimes contra a pessoa. Lei 11343/06.
8. A decisão de recebimento e de rejeição da denúncia ou queixa. Aditamento da denúncia. Modificação da capitulação. Competência. Prova. Interceptação telefônica. Sentença. Recursos em geral.
9. Posse. Direitos reais: propriedade; superfície; servidões; usufruto; uso; habitação; direito do promitente comprador. Direitos reais de garantia.
Decadência e prescrição. Desconsideração da personalidade jurídica. Práticas comerciais. Oferta e efeito vinculante da oferta publicitária. Publicidade. Práticas abusivas. Cobrança de dívidas. Bancos de dados e cadastros de consumidores. Proteção contratual. - Cláusulas abusivas.
Prática do ato infracional: a questão sócio-educativa; conceito e tempo do ato infracional; inimizabilidade; direitos individuais; garantias processuais; medidas sócio-educativas; remissão. Acesso à justiça: a justiça da infância e da juventude; princípios gerais; competência; serviços auxiliares. Procedimentos: disposições gerais; perda e suspensão do poder familiar; destituição da tutela; colocação



001/2013 CONCURSO PARA INGRESSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS

Quarta Etapa – Pontos para a Prova Oral

em família substituta; apuração de ato infracional atribuído a adolescente; apuração de irregularidade em entidade de atendimento; apuração de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente.

Tabelionato de Notas: Lei n.º 8.935/94. Lei n.º 7.433/85 - Requisitos para lavratura de Escrituras Públicas. Decreto n.º 93.240/86 - regulamenta a Lei n.º 7.433/85. Lei n.º 6.015/73 - Atribuições - Escrituração - Ordem do serviço - Publicidade - Conservação - Responsabilidade. Lei n.º 6.015/73 - Registro de Imóveis - Atribuições - Escrituração - Processo de registro - Pessoas - Matrícula - Registro - Averbação e cancelamento - Bem de família - Remição do imóvel hipotecado - Registro Torrens - Disposições finais e transitórias. Sistema de Registro - Imóveis registráveis - Direitos registráveis - Terminologia do registro - Livros do Registro de Imóveis. Princípios do Registro de Imóveis - Continuidade - Especialidade - Legalidade - Inscrição - Presunção e fé pública - Prioridade - Instância. Sistema Financeiro de habitação. Fé pública. Administração do serviço. Responsabilidade Tributária. Direitos e Deveres dos notários. Selo de autenticidade; Custas e Emolumentos. Atos notariais e procedimento na Lavratura dos Atos Notariais. Registro Civil das Pessoas Naturais: - Lei n.º 8.935/94. - Lei n.º 6.015/73 - Atribuições - Escrituração - Ordem do serviço - Publicidade - Conservação - Responsabilidade. - Lei n.º 6.015/73 - Registro Civil das Pessoas Naturais - Disposições gerais - Escrituração - Penalidades - Nascimento - Casamento - Óbito - Emancipação, interdição e ausência - Averbações - Anotações - Retificações, restaurações e suprimentos. - A adoção e o Registro Civil. - Reconhecimento de filhos. - Fé pública. - Administração do serviço; 8 - Conversão de União Estável em casamento. - Opção de Nacionalidade. - Estatuto do estrangeiro.

10. Provas: ônus da prova; depoimento pessoal; confissão; provas documental e testemunhal. Audiência: conciliação e instrução e julgamento. Sentença e coisa julgada.
11. Institutos complementares: nome empresarial, estabelecimento empresarial, escrituração. Nota promissória. Recuperação Judicial.



001/2013 CONCURSO PARA INGRESSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS

Quarta Etapa – Pontos para a Prova Oral

PONTO 6

1. Direito e Moral.
2. Serviços públicos: concessão, permissão, autorização e delegação; serviços delegados; convênios e consórcios; conceito de serviço público; caracteres jurídicos; classificação e garantias; usuário do serviço público; extinção da concessão de serviço público e reversão dos bens; permissão e autorização.
3. Administração pública. Disposições gerais. Servidores públicos. Militares dos estados e do Distrito Federal e dos territórios.
4. Partidos políticos (Constituição federal, Código Eleitoral, Lei 9096/95 e alterações posteriores): conceituação, destinação, liberdade e autonomia partidárias, natureza jurídica, criação e registro, caráter nacional, funcionamento parlamentar, programa estatuto, filiação, fidelidade e disciplina partidárias, fusão, incorporação e extinção, prestação de contas e sanções dela decorrentes, fundo partidário e propaganda partidária.
5. Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária.
6. Conceito de meio ambiente, bens ambientais e seus desdobramentos: meio ambiente natural, artificial, cultural e do trabalho.
7. Princípios constitucionais. Sujeitos do Delito. Objeto jurídico e objeto material. Aplicação da Pena. Extinção da punibilidade. Crimes contra a fé pública. Crimes hediondos.
8. Princípios constitucionais. Inquérito policial. Condições da ação. Justa causa. Teoria da Prova. Prisão e medidas cautelares. Sentença. Habeas corpus e seu processo.
9. Direito de família: casamento; relações de parentesco; regime de bens entre os cônjuges; usufruto e administração dos bens de filhos menores; alimentos; bem de família; união estável; concubinato; tutela; curatela. 1 Direito das sucessões: sucessão em geral; sucessão legítima; sucessão testamentária; inventário e partilha.

Contratos de adesão. Sanções administrativas. Defesa do consumidor em juízo. Interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos; legitimidade ativa para a propositura de ações coletivas. Ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos. Ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços. Coisa julgada.

Recursos. O Ministério Público. Proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos das crianças e dos adolescentes.



001/2013 CONCURSO PARA INGRESSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS

Quarta Etapa – Pontos para a Prova Oral

Infrações administrativas. Estatuto da Criança e do Adolescente: disposições preliminares, direitos fundamentais, prevenção, medidas de proteção, perda e suspensão do poder familiar, destituição de tutela, colocação em família substituta (Lei nº 8.069/1990).

Tabelionato de Notas: - Lei n.º 8.935/94. - Lei n.º 7.433/85 - Requisitos para lavratura de Escrituras Públicas. - Decreto n.º. 93.240/86 - regulamenta a Lei n.º. 7.433/85. - Lei n.º 6.015/73 - Atribuições - Escrituração - Ordem do serviço - Publicidade - Conservação - Responsabilidade. - Lei n.º 6.015/73 - Registro de Imóveis - Atribuições - Escrituração - Processo de registro - Pessoas - Matrícula - Registro - Averbação e cancelamento - Bem de família - Remição do imóvel hipotecado - Registro Torrens - Disposições finais e transitórias. - Sistema de Registro - Imóveis registráveis - Direitos registráveis - Terminologia do registro - Livros do Registro de Imóveis. - Princípios do Registro de Imóveis - Continuidade - Especialidade - Legalidade - Inscrição - Presunção e fé pública - Prioridade - Instância. - Sistema Financeiro de habitação. - Fé pública. - Administração do serviço. - Responsabilidade Tributária. - Direitos e Deveres dos notários. 13 - Selo de autenticidade; - Custas e Emolumentos. - Atos notariais e procedimento na Lavratura dos Atos Notariais. Registro Civil das Pessoas Naturais: - Lei n.º 8.935/94. - Lei n.º 6.015/73 - Atribuições - Escrituração - Ordem do serviço - Publicidade - Conservação - Responsabilidade. - Lei n.º 6.015/73 - Registro Civil das Pessoas Naturais - Disposições gerais - Escrituração - Penalidades - Nascimento - Casamento - Óbito - Emancipação, interdição e ausência - Averbações - Anotações - Retificações, restaurações e suprimentos. - A adoção e o Registro Civil. - Reconhecimento de filhos. - Fé pública. - Administração do serviço; - Conversão de União Estável em casamento. - Opção de Nacionalidade. - Estatuto do estrangeiro.

10. Liquidação e cumprimento da sentença. Do processo nos tribunais. Recursos. Tipologia recursal: apelação, agravos, embargos de declaração e infringentes e remessa ex-officio.
11. Registro de empresa. Órgãos de registro de empresa. Atos de registro de empresa. Processo decisório do registro de empresa. Inatividade da empresa. Empresário irregular. Alienação fiduciária em garantia e arrendamento mercantil (leasing).



001/2013 CONCURSO PARA INGRESSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS

Quarta Etapa – Pontos para a Prova Oral

PONTO 7

1. Direitos humanos. A Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU).
2. Licitação: conceito, finalidades, princípios e objeto; obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade e vedação; modalidades; procedimento, revogação e anulação; sanções penais; normas gerais de licitação; Lei nº 8.666/1993 e suas alterações; Lei nº 10.520/2002 e suas alterações, bem como demais disposições normativas relativas ao pregão; sistema de registro de preços.
3. Organização dos poderes no Estado. Mecanismos de freios e contrapesos. Poder Legislativo. Estrutura, funcionamento e atribuições. Comissões parlamentares de inquérito. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Tribunal de Contas da União. Processo Legislativo. Prerrogativas parlamentares. Poder Executivo. Presidente da República: atribuições, prerrogativas e responsabilidades. Ministros de Estado. Conselho da República e de Defesa Nacional. Poder Judiciário. Disposições gerais. Ponto Órgãos do Poder Judiciário: organização e competências (Complementar Estadual nº 17/1997: Divisão e Organização Judiciária do Estado do Amazonas. Organização dos Serviços Auxiliares da Justiça. Da Justiça de 2º. Grau no Amazonas. Tribunal de Justiça: composição, órgãos, competência. Conselho Superior da Magistratura. Câmaras isoladas e reunidas. Do Presidente, do Vice-Presidente e do Corregedor Geral da Justiça. Da Escola Superior da Magistratura. Da Justiça de 1º. Grau no Amazonas. Composição. Dos Juizes Substitutos de Carreira. Dos Juizes de Direito, Titulares e Auxiliares. A Vara. O Juiz, a Secretaria e a Escrivania. Da organização da carreira dos magistrados: provimento [ingresso, nomeação, aquisição de vitaliciedade, promoção, acesso, remoção, permuta]. Diretoria do Foro. Atribuições. Conhecimentos gerais sobre o Estado do Amazonas, suas peculiaridades e aspectos geográficos). Conselho Nacional de Justiça.
4. Registro de candidatura: pedido, substituição, cancelamento, impugnação no âmbito da Lei 9504/1997 e alterações posteriores. Organização da Justiça Eleitoral: composição e competências. Propaganda eleitoral em geral.
5. Obrigação tributária: definição e natureza jurídica; obrigação principal e acessória; fato gerador; sujeito ativo; sujeito passivo; solidariedade; capacidade tributária; domicílio tributário; responsabilidade tributária; responsabilidade dos sucessores; responsabilidade de terceiros; responsabilidade por infrações.



001/2013 CONCURSO PARA INGRESSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS

Quarta Etapa – Pontos para a Prova Oral

6. Princípios de direito ambiental: prevenção, precaução, poluidor-pagador e usuário-pagador, cooperação, informação, participação, solidariedade intergeracional; princípios da tutela do patrimônio cultural: cooperação, solidariedade, participação e informação, preservação do sítio e proteção do entorno, uso compatível com a natureza do bem, pró-monumento, valorização sustentável.
7. Dolo e Culpa. Conflito aparente de normas. Tipicidade. Crimes omissivos. Tentativa. Penas. Aplicação da Pena. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a Administração Pública.
8. Princípios constitucionais. Processo, procedimento e relação jurídica processual. Medidas alternativas à prisão. Interrogatório. Princípio da correlação entre acusação e sentença. Recursos em Geral. Nulidades.
9. Locação de imóveis urbanos: locação em geral, sublocações, aluguel, deveres do locador e do locatário, direito de preferência, benfeitorias, garantias locatícias, penalidades civis, nulidades, locação residencial, locação para temporada, locação não residencial (Lei nº 8.245/1991).

Decadência e prescrição. Desconsideração da personalidade jurídica. Práticas comerciais. Oferta e efeito vinculante da oferta publicitária. Publicidade. Práticas abusivas. Cobrança de dívidas. Bancos de dados e cadastros de consumidores. Proteção contratual. Cláusulas abusivas.

Recursos. O Ministério Público. Proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos das crianças e dos adolescentes. Infrações administrativas. Estatuto da Criança e do Adolescente: disposições preliminares, direitos fundamentais, prevenção, medidas de proteção, perda e suspensão do poder familiar, destituição de tutela, colocação em família substituta (Lei nº 8.069/1990).

Registros de Títulos e Documentos: Lei n.º 8.935/94. Lei n.º 6.015/73 - Atribuições - Escrituração - Ordem do serviço - Publicidade - Conservação - Responsabilidade. Lei n.º 6.015/73 - Registro Civil de Pessoas Jurídicas - Escrituração - Pessoa Jurídica - Registro de associações, fundações, partidos políticos e sociedades - Registro de jornais, empresas radiodifusoras e agências de notícias - Registro de Títulos e Documentos - Atribuições - Escrituração - Ordem do Serviço - Notificações - Cancelamento. Princípios aplicáveis ao Registro de Títulos e Documentos. Fé pública. Administração do serviço. Protesto: - Lei n.º 8.935/94. - Protesto. Procedimento e formalidades. Natureza e finalidade. Protesto especial. - Lei n.º 9.492/97. - Informações e certidões. - Cancelamento.



**001/2013 CONCURSO PARA INGRESSO PARA JUIZ DE DIREITO
SUBSTITUTO DA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO PODER
JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS**

Quarta Etapa – Pontos para a Prova Oral

10. Processo de execução: execução em geral; espécies de execução – execução para entrega de coisa, execução das obrigações de fazer e de não fazer. Embargos do devedor. Juiz.
11. Propriedade industrial. Lei nº 9.279/1996. O Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Propriedade industrial e direitos autorais. Patentes. Desenho industrial. Marca: espécies. Procedimento de registro. Nome empresarial. Sociedade Limitada.



001/2013 CONCURSO PARA INGRESSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS

Quarta Etapa – Pontos para a Prova Oral

PONTO 8

1. Fontes do Direito objetivo.
2. Contratos administrativos: conceito, peculiaridades e interpretação; formalização; execução, inexecução, revisão e rescisão; convênios e consórcios administrativos.
3. Funções essenciais à justiça. Ministério Público: princípios, garantias, vedações, organização e competências. Advocacia Pública. Advocacia e Defensoria Públicas.
4. Arrecadação e aplicação de recursos nas campanhas eleitorais: vedações inerentes e sanções, prestação de contas de campanha. Partidos políticos: Partidos políticos: conceituação, destinação, liberdade e autonomia partidárias, natureza jurídica, criação e registro, filiação, fidelidade e disciplina partidárias, fusão, incorporação e extinção, prestação de contas e sanções decorrentes.
5. Crédito tributário: constituição de crédito tributário; lançamento; modalidades de lançamento; suspensão do crédito tributário; extinção do crédito tributário; exclusão de crédito tributário; garantias e privilégios do crédito tributário.
6. Política Nacional de Meio Ambiente: objetivos; instrumentos de proteção (técnicos e econômicos); SISNAMA: estrutura e funcionamento; Lei nº 6.938/1981; Decreto nº 99.274/1990; Resolução do CONAMA nº 1 — Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA).
7. Princípios constitucionais. Culpabilidade e causa de exclusão. Penas privativas de liberdade. Aplicação. Extinção da Punibilidade. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a vida. Lei 11343/06.
8. Prisão e liberdade provisória. Prisão temporária. Medidas Cautelares. Exame de corpo de delito e perícias em geral. Juiz, Ministério Público, acusado, defensor, assistente de acusação. Sentença. Juizado Especial Criminal.
9. Contratos: contratos em geral; disposições gerais; extinção; espécies de contratos regulados no Código Civil. Atos unilaterais. Responsabilidade civil.

Direito do consumidor: disposições gerais Política nacional de relações de consumo: objetivos e princípios. Direitos básicos do consumidor. Qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação de danos. Proteção à saúde e segurança. Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço. Responsabilidade por vício do produto e do serviço.



001/2013 CONCURSO PARA INGRESSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS

Quarta Etapa – Pontos para a Prova Oral

Criança e adolescente: antecedentes históricos; inserção constitucional; princípio da prevenção especial; direitos fundamentais da criança e do adolescente. Política e organização do atendimento: linhas de ação e da política de atendimento; linhas de ação e diretrizes; municipalização e descentralização; participação da cidadania e conselhos dos direitos; entidades e programas de atendimento. Conselho tutelar: disposições gerais; atribuições; competência; escolha dos conselheiros e impedimentos. Medidas de proteção: disposições gerais; medidas específicas de proteção; colocação em família substituta. Medidas pertinentes aos pais ou responsável. Direito à convivência familiar: família natural e família substituta; guarda; tutela; adoção; perda ou suspensão do poder familiar; colocação em família substituta.

Registros de Títulos e Documentos: Lei n.º 8.935/94. Lei n.º 6.015/73 - Atribuições - Escrituração - Ordem do serviço - Publicidade - Conservação - Responsabilidade. Lei n.º 6.015/73 - Registro Civil de Pessoas Jurídicas - Escrituração - Pessoa Jurídica - Registro de associações, fundações, partidos políticos e sociedades - Registro de jornais, empresas radiodifusoras e agências de notícias - Registro de Títulos e Documentos - Atribuições - Escrituração - Ordem do Serviço - Notificações - Cancelamento. Princípios aplicáveis ao Registro de Títulos e Documentos. Fé pública. Administração do serviço. Protesto: Lei n.º 8.935/94. Protesto. Procedimento e formalidades. Natureza e finalidade. Protesto especial. - Lei n.º 9.492/97. - Informações e certidões. - Cancelamento.

10. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa: da ação de consignação em pagamento, da ação de depósito, das ações possessórias, da ação de usucapião de terras particulares, da ação monitória, do inventário e da partilha e dos embargos de terceiros. Lei n.º 9.099/95 – Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais. Procedimento ordinário- petição inicial: requisitos, pedido e indeferimento.
11. Títulos de crédito. Conceito de títulos de crédito, características e princípios informadores. Classificação dos títulos de crédito: letra de câmbio, nota promissória, cheque, duplicata, endosso e aval. Faturização (*factoring*) e contrato de cartão de crédito.



001/2013 CONCURSO PARA INGRESSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS

Quarta Etapa – Pontos para a Prova Oral

PONTO 9

1. O conceito de Direito.
2. Controle da administração pública: conceito, tipos e formas de controle; controle interno e externo; controle parlamentar; controle pelos tribunais de contas; controle administrativo; sistemas de controle jurisdicional da administração pública: contencioso administrativo e sistema da jurisdição una; controle jurisdicional da administração pública no direito brasileiro; prescrição administrativa; recurso de administração; reclamação;
3. Controle de constitucionalidade: sistemas e sistema brasileiro. Controle incidental ou concreto. Controle abstrato de constitucionalidade. Exame in abstractu da constitucionalidade de proposições legislativas. Ação declaratória de constitucionalidade. Ação direta de inconstitucionalidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Ação direta de inconstitucionalidade interventiva. Controle concreto e abstrato de constitucionalidade do direito municipal.
4. Propaganda eleitoral em geral: propaganda na imprensa escrita, no rádio e na televisão, na internet por outros meios (Código Eleitoral, Lei 9504/97 e alterações posteriores). Direito de resposta. Propaganda Partidária.
5. Administração tributária: fiscalização; dívida ativa; certidões negativas.
6. Resolução do CONAMA nº 237 —licenciamento ambiental —; Resolução do CONAMA nº 78 — empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional.
7. Fato típico. Iter criminis. Desistência voluntária. Arrependimento Eficaz. Crime impossível. Aplicação da Pena. Extinção da Punibilidade. Crimes contra a dignidade sexual. Lei 11343/06.
8. Princípios constitucionais de processo penal. Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. Inquérito policial e investigação direta realizada pelo Ministério Público. Ação Penal. Condições da Ação. Justa Causa. Competência. Execução Penal.
9. Direito de família: casamento; relações de parentesco; regime de bens entre os cônjuges; usufruto e administração dos bens de filhos menores; alimentos; bem de família; união estável; concubinato; tutela; curatela. Direito das sucessões: sucessão em geral; sucessão legítima; sucessão testamentária; inventário e partilha.



001/2013 CONCURSO PARA INGRESSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS

Quarta Etapa – Pontos para a Prova Oral

Direito do consumidor: disposições gerais Política nacional de relações de consumo: objetivos e princípios. Direitos básicos do consumidor. Qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação de danos. Proteção à saúde e segurança. Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço. Responsabilidade por vício do produto e do serviço.

Direito da Criança e do Adolescente: Recursos. O Ministério Público. Proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos das crianças e dos adolescentes. Infrações administrativas. Estatuto da Criança e do Adolescente: disposições preliminares, direitos fundamentais, prevenção, medidas de proteção, perda e suspensão do poder familiar, destituição de tutela, colocação em família substituta (Lei nº 8.069/1990).

Registro Civil das Pessoas Naturais: Lei n.º 8.935/94. Lei n.º 6.015/73 - Atribuições - Escrituração - Ordem do serviço - Publicidade - Conservação - Responsabilidade. Lei n.º 6.015/73 - Registro Civil das Pessoas Naturais - Disposições gerais - Escrituração - Penalidades - Nascimento - Casamento - Óbito - Emancipação, interdição e ausência - Averbacões - Anotações - Retificações, restaurações e suprimentos. A adoção e o Registro Civil. Reconhecimento de filhos. Fé pública. Administração do serviço; Conversão de União Estável em casamento. Opção de Nacionalidade. Estatuto do estrangeiro.

10. Processo cautelar; medidas cautelares: disposições gerais; procedimentos cautelares específicos: arresto, sequestro, caução, busca e apreensão, exibição e produção antecipada de provas. Competência: em razão do valor e da matéria; competência funcional e territorial; modificações de competência e declaração de incompetência. Juiz.
11. Ação cambial. Ação de regresso. Inoponibilidade de exceções pessoais. Ação de anulação e substituição de título. Direito Falimentar.



001/2013 CONCURSO PARA INGRESSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS

Quarta Etapa – Pontos para a Prova Oral

PONTO 10

1. O conceito de Justiça.
2. Lei de Improbidade Administrativa (nº 8.429/1992 e suas alterações);
3. Defesa do Estado e das instituições democráticas.
4. Condutas vedadas em campanhas eleitorais. Representação por conduta vedada (Lei 9504/1997). Propaganda eleitoral extemporânea e propaganda irregular. Ministério Público Eleitoral: atribuições.
5. Impostos dos estados e do Distrito Federal: imposto sobre transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos; imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior; imposto sobre propriedade de veículos automotores.
6. Recursos hídricos: Lei nº 9.433/1997 — instrumentos de gestão —; Resolução do CNRH nº 16/2001; Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH).
7. Lei Penal no tempo. Erro. Consumação e tentativa. Culpabilidade e causa de exclusão. Penas restritivas de direitos e multa. Aplicação da Pena. Concurso de crimes. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a fé pública. Jurisprudência dos Tribunais Superiores.
8. Prova: teoria geral, admissibilidade, princípios, sistemas de valoração, iniciativa. Videoconferência. Prova ilícita. Princípio da correlação. Sentença. Nulidades. Recursos em geral.
9. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro: vigência, aplicação, interpretação e integração das leis; conflito das leis no tempo; eficácia da lei no espaço. Pessoas naturais: existência; personalidade; capacidade; nome; estado; domicílio; direitos da personalidade; ausência. Pessoas jurídicas: constituição; extinção; domicílio; sociedades de fato, grupos despersonalizados, associações; sociedades, fundações; desconsideração da personalidade jurídica; responsabilidade.
Consumidor: Decadência e prescrição. Desconsideração da personalidade jurídica. Práticas comerciais. Oferta e efeito vinculante da oferta publicitária. Publicidade. Práticas abusivas. Cobrança de dívidas. Bancos de dados e cadastros de consumidores. Proteção contratual. Cláusulas abusivas.
Criança e adolescente: antecedentes históricos; inserção constitucional; princípio da prevenção especial; direitos fundamentais da criança e do



001/2013 CONCURSO PARA INGRESSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS

Quarta Etapa – Pontos para a Prova Oral

adolescente. Política e organização do atendimento: linhas de ação e da política de atendimento; linhas de ação e diretrizes; municipalização e descentralização; participação da cidadania e conselhos dos direitos; entidades e programas de atendimento. Conselho tutelar: disposições gerais; atribuições; competência; escolha dos conselheiros e impedimentos. Medidas de proteção: disposições gerais; medidas específicas de proteção; colocação em família substituta. Medidas pertinentes aos pais ou responsável. Direito à convivência familiar: família natural e família substituta; guarda; tutela; adoção; perda ou suspensão do poder familiar; colocação em família substituta.

Registros Públicos: Registro Civil das Pessoas Naturais: - Lei n.º 8.935/94. Lei n.º 6.015/73 - Atribuições - Escrituração - Ordem do serviço - Publicidade - Conservação - Responsabilidade. Lei n.º 6.015/73 - Registro Civil das Pessoas Naturais - Disposições gerais - Escrituração - Penalidades - Nascimento - Casamento - Óbito - Emancipação, interdição e ausência - Averbações - Anotações - Retificações, restaurações e suprimentos. A adoção e o Registro Civil. Reconhecimento de filhos. Fé pública. Administração do serviço; Conversão de União Estável em casamento. Opção de Nacionalidade. Estatuto do estrangeiro.

10. Litisconsórcio e assistência e Intervenção de terceiros: oposição, nomeação à autoria, denunciação à lide e chamamento ao processo. Audiência: conciliação e instrução e julgamento. Sentença e coisa julgada.
11. Protesto de títulos e outros documentos de dívida: legislação, modalidades, procedimentos, efeitos, ações judiciais envolvendo o protesto. Sociedade limitada. Recuperação judicial.



001/2013 CONCURSO PARA INGRESSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS

Quarta Etapa – Pontos para a Prova Oral

PONTO 11

1. O conceito de Política. Política e Direito.
2. Agentes públicos e servidores públicos: Lei Estadual nº 1762/86 e suas alterações; agentes públicos (servidor público e funcionário público); natureza jurídica da relação de emprego público; preceitos constitucionais; funcionário efetivo e vitalício: garantias; estágio probatório; funcionário ocupante de cargo em comissão; direitos, deveres e responsabilidades dos servidores públicos civis; regime disciplinar e processo administrativo-disciplinar; improbidade administrativa; formas de provimento e vacância dos cargos públicos; exigência constitucional de concurso público para investidura em cargo ou emprego público.
3. Sistema tributário nacional. Princípios gerais. Limitações do poder de tributar. Impostos da União, dos estados e dos municípios. Repartição das receitas tributárias.
4. Abuso de poder e corrupção no processo eleitoral: investigação judicial eleitoral (lei Complementar 64/90 e alterações posteriores); representação por captação ilícita de sufrágio (art. 41-A da Lei 9504/97); recurso contra a expedição de diploma, ação de impugnação de mandato eletivo.
5. Impostos dos municípios: imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana; imposto sobre transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; imposto sobre serviços de qualquer natureza.
6. Florestas e demais formas de vegetação: Resoluções do CONAMA nº 302/2002 e 303/2002; gestão de florestas públicas Lei nº 11.284/2006); significado de gestão e de concessão florestal.
7. Princípios constitucionais penais. Fato típico. Conduta. Crimes omissivos. Aplicação da Pena. Extinção da Punibilidade. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a dignidade sexual. Crimes hediondos.
8. Os atos do juiz no processo penal. A sentença penal. Os efeitos civis da sentença penal. Prisão processual. Espécies. Medidas alternativas à prisão. Procedimento do Júri. Juizado Especial Criminal.
9. Posse. Direitos reais: propriedade; superfície; servidões; usufruto; uso; habitação; direito do promitente comprador. Direitos reais de garantia.
Consumidor: Contratos de adesão. Sanções administrativas. Defesa do consumidor em juízo. Interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais



001/2013 CONCURSO PARA INGRESSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS

Quarta Etapa – Pontos para a Prova Oral

homogêneos; legitimidade ativa para a propositura de ações coletivas. Ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos. Ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços. Coisa julgada.

Direito da Criança e do Adolescente: Recursos. O Ministério Público. Proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos das crianças e dos adolescentes. Infrações administrativas. Estatuto da Criança e do Adolescente: disposições preliminares, direitos fundamentais, prevenção, medidas de proteção, perda e suspensão do poder familiar, destituição de tutela, colocação em família substituta (Lei nº 8.069/1990).

Registros Públicos: Lei n.º 8.935/94. Lei n.º 6.015/73 - Atribuições - Escrituração - Ordem do serviço - Publicidade - Conservação - Responsabilidade. Lei n.º 6.015/73 - Registro de Imóveis - Atribuições - Escrituração - Processo de registro - Pessoas - Matrícula - Registro - Averbação e cancelamento - Dúvida - Bem de família - Remição do Imóvel hipotecado - Registro Torrens - Disposições finais e transitórias. Sistemas de registro - Imóveis registráveis - Direitos registráveis - Terminologia do registro - Livros do Registro de Imóveis e Títulos judiciais. Princípios do Registro de Imóveis - Continuidade - Especialidade - Legalidade - Inscrição - Presunção e fé pública - Prioridade - Instância. Sistema Financeiro de Habitação. Administração do serviço. Georeferenciamento.

10. Provas: ônus da prova; depoimento pessoal; confissão; provas documental e testemunhal. Formação, suspensão e extinção do processo. Litisconsórcio e assistência e Intervenção de terceiros: oposição, nomeação à autoria, denunciação à lide e chamamento ao processo.
11. Direito societário. Sociedade empresária: conceito, terminologia, ato constitutivo. Sociedades simples e empresárias. Classificação das sociedades empresárias. Sociedade irregular. Teoria da desconsideração da personalidade jurídica. Regime jurídico dos sócios. Sociedade limitada. Sociedade anônima. Sociedade em nome coletivo. Sociedade em comandita simples. Sociedade em comandita por ações. Operações societárias: transformação, incorporação, fusão e cisão. Relações entre sociedades: coligações de sociedades, grupos societários, consórcios, sociedade subsidiária integral, sociedade de propósito específico. Dissolução, liquidação e extinção das sociedades.



001/2013 CONCURSO PARA INGRESSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS

Quarta Etapa – Pontos para a Prova Oral

PONTO 12

1. O método de interpretação pela lógica do razoável.
2. Bens públicos: classificação e caracteres jurídicos; natureza jurídica do domínio público; domínio público terrestre: evolução do regime jurídico das terras públicas (urbanas e rurais) no Brasil; terras devolutas; vias públicas; cemitérios públicos; portos; utilização dos bens públicos: autorização, permissão e concessão de uso, ocupação, aforamento, concessão de domínio pleno; limitações administrativas; zoneamento; polícia edilícia; zonas fortificadas e de fronteira; florestas.
3. Finanças públicas. Normas gerais. Orçamentos.
4. Recursos eleitorais em geral: cabimento, pressupostos de admissibilidade, processamento, efeitos e prazos. Alistamento eleitoral: Lei 4737/1965; Lei 6996/1982; Lei 7444/1985; atos e efeitos da inscrição, segunda via, transferência e encerramento; cancelamento e exclusão de eleitor; revisão e correição eleitorais.
5. Processo administrativo tributário: princípios básicos; acepções e espécies; determinação e exigência do crédito tributário; representação fiscal para fins penais; delegacias da Receita Federal de Julgamento; conselhos de contribuintes; Câmara Superior de Recursos Fiscais.
6. Espaços territoriais especialmente protegidos: áreas de preservação permanente e reserva legal; SNUC (Lei nº 9.985/2000): tipos de unidades, objetivos e categorias.
7. Fato típico. Erro. Ilícitude. Culpabilidade. Causas de exclusão de ilicitude e culpabilidade. Concurso de pessoas. Aplicação da pena. Extinção da Punibilidade. Crimes contra a vida. Crimes contra a Administração Pública.
8. Fontes do direito processual penal. Princípios constitucionais de processo penal. Aplicação da lei processual penal no tempo, no espaço e em relação às pessoas. Inquérito policial. Teoria da Prova. Sentença. Emendatio e mutatio libelli. Nulidades.
9. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro: vigência, aplicação, interpretação e integração das leis; conflito das leis no tempo; eficácia da lei no espaço. Pessoas naturais: existência; personalidade; capacidade; nome; estado; domicílio; direitos da personalidade; ausência. Pessoas jurídicas: constituição; extinção; domicílio; sociedades de fato, grupos despersonalizados, associações;



001/2013 CONCURSO PARA INGRESSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS

Quarta Etapa – Pontos para a Prova Oral

sociedades, fundações; desconsideração da personalidade jurídica; responsabilidade.

Consumidor: Decadência e prescrição. Desconsideração da personalidade jurídica. Práticas comerciais. Oferta e efeito vinculante da oferta publicitária. Publicidade. Práticas abusivas. Cobrança de dívidas. 1.14 Bancos de dados e cadastros de consumidores. Proteção contratual. Cláusulas abusivas.

Direito da Criança e do Adolescente: Prática do ato infracional: a questão sócio-educativa; conceito e tempo do ato infracional; imputabilidade; direitos individuais; garantias processuais; medidas sócio-educativas; remissão. Acesso à justiça: a justiça da infância e da juventude; princípios gerais; competência; serviços auxiliares. Procedimentos: disposições gerais; perda e suspensão do poder familiar; destituição da tutela; colocação em família substituta; apuração de ato infracional atribuído a adolescente; apuração de irregularidade em entidade de atendimento; apuração de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente.

Registros Públicos: Registro Civil das Pessoas Naturais: Lei n.º 8.935/94. Lei n.º 6.015/73 - Atribuições - Escrituração - Ordem do serviço - Publicidade - Conservação - Responsabilidade. Lei n.º 6.015/73 - Registro Civil das Pessoas Naturais - Disposições gerais - Escrituração - Penalidades - Nascimento - Casamento - Óbito - Emancipação, interdição e ausência - Averbações - Anotações - Retificações, restaurações e suprimentos. A adoção e o Registro Civil. Reconhecimento de filhos. Fé pública. Administração do serviço; Conversão de União Estável em casamento. Opção de Nacionalidade. Estatuto do estrangeiro.

10. Juiz. Litisconsórcio e assistência e Intervenção de terceiros: oposição, nomeação à autoria, denúncia à lide e chamamento ao processo. Revelia e julgamento conforme o estado do processo.
11. Contratos mercantis. Características. Compra e venda mercantil. Comissão mercantil. Representação comercial. Concessão mercantil. Franquia (franchising). Contratos bancários: depósito bancário, mútuo bancário, desconto bancário, abertura de crédito. Contratos bancários impróprios: alienação fiduciária em garantia, arrendamento mercantil (leasing), faturização (factoring), cartão de crédito.



001/2013 CONCURSO PARA INGRESSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS

Quarta Etapa – Pontos para a Prova Oral

PONTO 13

1. Princípios gerais de Direito.
2. Intervenção na Propriedade: desapropriação; tombamento; servidões administrativas; requisição da propriedade privada; ocupação temporária.
3. Ordem econômica e financeira. 13.1 Princípios gerais da atividade econômica. 13.2 Políticas urbana, agrícola e fundiária e da reforma agrária.
4. Diplomação dos eleitos: natureza jurídica, competência para diplomar e fiscalização. Princípios constitucionais relativos aos direitos políticos (nacionalidade, elegibilidade e partidos políticos) de que trata o capítulo IV do Título I da Constituição federal em seus artigos 14 a 17, Lei 4737/65 (Código Eleitoral) e alterações posteriores.
5. Processo judicial tributário: ação de execução fiscal; Lei nº 6.830/1980; ação cautelar fiscal; ação declaratória da inexistência de relação jurídico-tributária; ação anulatória de débito fiscal; mandado de segurança; ação de repetição de indébito; ação de consignação em pagamento; ação civil pública.
6. Política urbana: diretrizes, instrumentos e competência; artigos 182 e 183 da Constituição Federal; Lei nº 10.257/2001.
7. Princípios constitucionais penais. Aplicação da Pena. Espécie de Penas. Sursis. Livramento Condicional. Execução Penal. Crimes contra o patrimônio. Lei 11343/06.
8. Ação penal (Ação penal pública condicionada e incondicionada, Ação privada. Condições e requisitos da inicial. Condição de procedibilidade. A questão da justa causa); Exercício do direito de queixa e de representação. Formas de disposição do direito de queixa. Procedimento do Tribunal do Júri. Revisão Criminal. Recursos especial e extraordinário. Habeas corpus e seu processo. Execução penal.
9. Prova. Obrigações: características; obrigações de dar; obrigações de fazer e de não fazer; obrigações alternativas; obrigações divisíveis e indivisíveis; obrigações solidárias; obrigações civis e naturais, obrigações de meio, de resultado e de garantia; obrigações de execução instantânea, diferida e continuada; obrigações puras e simples, condicionais, a termo e modais; obrigações líquidas e ilíquidas; obrigações principais e acessórias; transmissão das obrigações; adimplemento e extinção das obrigações; inadimplemento das obrigações.



001/2013 CONCURSO PARA INGRESSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS

Quarta Etapa – Pontos para a Prova Oral

Consumidor: Contratos de adesão. Sanções administrativas. Defesa do consumidor em juízo. Interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos; legitimidade ativa para a propositura de ações coletivas. Ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos. Ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços. Coisa julgada.

Direito da Criança e do Adolescente: Prática do ato infracional: a questão sócio-educativa; conceito e tempo do ato infracional; imputabilidade; direitos individuais; garantias processuais; medidas sócio-educativas; remissão. Acesso à justiça: a justiça da infância e da juventude; princípios gerais; competência; serviços auxiliares. Procedimentos: disposições gerais; perda e suspensão do poder familiar; destituição da tutela; colocação em família substituta; apuração de ato infracional atribuído a adolescente; apuração de irregularidade em entidade de atendimento; apuração de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente.

Registros Públicos: Condomínios, Incorporações e Patrimônio de Afetação. Parcelamento do solo urbano e rural. Sistema Financeiro de Habitação - Sistema financeiro imobiliário. Reserva Legal. Desafetação - Tombamento - Restrições convencionais ou legais. Terrenos de Marinha. Aquisição de imóvel rural por estrangeiro. Cédulas de crédito rural, industrial comercial, à exportação e de produto rural.

10. Procedimento ordinário- petição inicial: requisitos, pedido e indeferimento. Partes e procuradores: capacidade processual e postulatória; deveres e substituição das partes e procuradores. Sentença e coisa julgada.
11. Direito falimentar. Lei nº 11.101/2005. Teoria geral do direito falimentar. Processo falimentar. Pessoa e bens do falido. Regime jurídico dos atos e contratos do falido. Regime jurídico dos credores do falido.



001/2013 CONCURSO PARA INGRESSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS

Quarta Etapa – Pontos para a Prova Oral

PONTO 14

1. Relações sociais e relações jurídicas. Controle social e o Direito.
2. Intervenção no domínio econômico.
3. Sistema financeiro nacional.
4. Processo penal eleitoral: ação penal, competência em matéria eleitoral, rito processual penal eleitoral com aplicação subsidiária de Código de Processo Penal. Partidos políticos: conceituação, destinação, liberdade e autonomia partidárias, natureza jurídica, criação e registro, filiação, fidelidade e disciplina partidárias, fusão, incorporação e extinção, prestação de contas e sanções decorrentes.
5. Ações de controle de constitucionalidade em matéria tributária.
6. Responsabilidade ambiental: administrativa, civil e penal; dano ambiental; poluição e poluidor;
7. Crime doloso, culposo e preterdoloso. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Crime impossível. Concurso de crimes. Aplicação de pena. Extinção da punibilidade. Crimes contra o patrimônio. Lei 11343/06. Crimes hediondos.
8. Princípios constitucionais de processo penal. A decisão de recebimento e de rejeição da denúncia/queixa. Aditamento da denúncia. Modificação de capitulação. Prova; interceptação telefônica (Lei nº 9.296/1996), ação controlada, infiltração de agentes e outros meios de prova contidos na legislação contra o crime organizado (Lei nº 9.034/1995 e 10.217/2001); Reconhecimento, acareação e documentos. Exame de corpo de delito e perícias em geral. Delação Premiada. Interrogatório. Realização de atos por videoconferência. Sentença. Recursos em geral.
9. Locação de imóveis urbanos: locação em geral, sublocações, aluguel, deveres do locador e do locatário, direito de preferência, benfeitorias, garantias locatícias, penalidades civis, nulidades, locação residencial, locação para temporada, locação não residencial (Lei nº 8.245/1991).
Consumidor: Decadência e prescrição. Desconsideração da personalidade jurídica. Práticas comerciais. Oferta e efeito vinculante da oferta publicitária. Publicidade. Práticas abusivas. Cobrança de dívidas. Bancos de dados e cadastros de consumidores. Proteção contratual. Cláusulas abusivas.
Direito da Criança e do Adolescente: Recursos. O Ministério Público. Proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos das crianças e dos adolescentes. Infrações administrativas. Estatuto da



001/2013 CONCURSO PARA INGRESSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS

Quarta Etapa – Pontos para a Prova Oral

Criança e do Adolescente: disposições preliminares, direitos fundamentais, prevenção, medidas de proteção, perda e suspensão do poder familiar, destituição de tutela, colocação em família substituta (Lei nº 8.069/1990).

Registros Públicos: Registro Civil das Pessoas Naturais: - Lei n.º 8.935/94. - Lei n.º 6.015/73 - Atribuições - Escrituração - Ordem do serviço - Publicidade - Conservação - Responsabilidade. - Lei n.º 6.015/73 - Registro Civil das Pessoas Naturais - Disposições gerais - Escrituração - Penalidades - Nascimento - Casamento - Óbito - Emancipação, interdição e ausência - Averbações - Anotações - Retificações, restaurações e suprimentos. - A adoção e o Registro Civil. - Reconhecimento de filhos. - Fé pública. - Administração do serviço; - Conversão de União Estável em casamento. - Opção de Nacionalidade. - Estatuto do estrangeiro.

10. Competência: em razão do valor e da matéria; competência funcional e territorial; modificações de competência e declaração de incompetência. Audiência: conciliação e instrução e julgamento.
11. Recuperação judicial. Protestos de títulos e documentos. Teoria da desconsideração da personalidade jurídica.



001/2013 CONCURSO PARA INGRESSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS

Quarta Etapa – Pontos para a Prova Oral

PONTO 15

1. Transformações sociais e Direito.
2. Responsabilidade civil do Estado por conduta da Administração Pública: evolução histórica e fundamentos jurídicos; teorias subjetivas e objetivas da responsabilidade patrimonial do Estado. As várias possibilidades da responsabilização do Estado por condutas próprias da Administração e por atos do Legislativo e do Judiciário.
3. Ordem social.
4. Eleições (Código Eleitoral, Lei nº 9504/1997 e alterações posteriores); sistema eleitoral: princípio majoritário e proporcional; coligações. Convenções para escolha de candidatos. Elegibilidade: conceito e condições.
5. lícito tributário; ilícito administrativo tributário; ilícito penal tributário; crimes contra a ordem tributária; Lei nº 8.137/1990.
6. Papel do Ministério Público na defesa do meio ambiente; crimes ambientais: espécies e sanções penais; Lei nº 9.605/1998;
7. Princípios constitucionais penais. Lei penal excepcional, especial e temporária. Conflito aparente de normas penas. Irretroatividade da lei penal. Desistência voluntária. Arrependimento eficaz. Crime impossível. Aplicação da Pena. Extinção da punibilidade. Crimes contra a dignidade sexual. Crimes Hediondos.
8. Procedimento do Tribunal do Júri – Lei nº 11.689/08 16 Princípio da correlação entre acusação e sentença. Emendatio e mutatio libelli. 17. Juizados especiais criminais (Lei nº 9.099/1995). 18 Prazos: características, princípios e contagem. 19 Nulidades. 20 Recursos em geral e recursos em espécie (Apelação, Recurso em Sentido Estrito, Embargos de declaração e infringentes, Recursos Especial e Extraordinário. Revisão Criminal. Recursos especial e extraordinário - Lei 8.038/90). 21 Habeas corpus e seu processo. 22 Execução penal (Lei nº 7.210/1984)
9. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro: vigência, aplicação, interpretação e integração das leis; conflito das leis no tempo; eficácia da lei no espaço. Pessoas naturais: existência; personalidade; capacidade; nome; estado; domicílio; direitos da personalidade; ausência. Pessoas jurídicas: constituição; extinção; domicílio; sociedades de fato, grupos despersonalizados, associações; sociedades, fundações; desconsideração da personalidade jurídica; responsabilidade.



001/2013 CONCURSO PARA INGRESSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS

Quarta Etapa – Pontos para a Prova Oral

Consumidor: Decadência e prescrição. Desconsideração da personalidade jurídica. Práticas comerciais. Oferta e efeito vinculante da oferta publicitária. Publicidade. Práticas abusivas. Cobrança de dívidas. 1.14 Bancos de dados e cadastros de consumidores. Proteção contratual. . Cláusulas abusivas.

Direito da Criança e do Adolescente: Criança e adolescente: antecedentes históricos; inserção constitucional; princípio da prevenção especial; direitos fundamentais da criança e do adolescente. Política e organização do atendimento: linhas de ação e da política de atendimento; linhas de ação e diretrizes; municipalização e descentralização; participação da cidadania e conselhos dos direitos; entidades e programas de atendimento. Conselho tutelar: disposições gerais; atribuições; competência; escolha dos conselheiros e impedimentos. Medidas de proteção: disposições gerais; medidas específicas de proteção; colocação em família substituta. Medidas pertinentes aos pais ou responsável. Direito à convivência familiar: família natural e família substituta; guarda; tutela; adoção; perda ou suspensão do poder familiar; colocação em família substituta.

Registros Públicos: Registro Civil das Pessoas Naturais: Lei n.º 8.935/94. Lei n.º 6.015/73 - Atribuições - Escrituração - Ordem do serviço - Publicidade - Conservação - Responsabilidade. Lei n.º 6.015/73 - Registro Civil das Pessoas Naturais - Disposições gerais - Escrituração - Penalidades - Nascimento - Casamento - Óbito - Emancipação, interdição e ausência - Averbações - Anotações - Retificações, restaurações e suprimentos. A adoção e o Registro Civil. Reconhecimento de filhos. 6 - Fé pública. 7 - Administração do serviço; Conversão de União Estável em casamento. Opção de Nacionalidade. Estatuto do estrangeiro.

10. Procedimento ordinário- petição inicial: requisitos, pedido e indeferimento. Resposta do réu: contestação, exceções e reconvenção. Provas: ônus da prova; depoimento pessoal; confissão; provas documental e testemunhal.
11. Recuperação extrajudicial. Duplicata. Teoria da empresa.